

Manoela Rossinetti
Rufinoni

Orientadora:
Profa. Dra. Beatriz Mugayar
Kühl

i

INTERVENÇÕES URBANAS EM
SÍTIOS HISTÓRICOS INDUSTRIAIS:
O PROJETO URBANO OSTIENSE
MARCONI¹

RESUMO

Desde a década de 1960, o conceito de patrimônio cultural vem expandindo seus limites interpretativos a uma gama cada vez maior de artefatos, abrindo caminho para a atribuição de significação cultural a diversas manifestações materiais e imateriais, que nos auxiliam a compreender traços de nossa história cultural e social. Nesse processo, artefatos até então considerados “menores”, como determinadas arquiteturas e conjuntos urbanos associados aos processos de industrialização, adquiriram representatividade patrimonial, tanto por sua importância documental e social, como também por suas qualidades estéticas. Essa expansão conceitual evidenciou uma problemática a ser enfrentada: certas áreas industriais desativadas, extensas reservas de terreno à espera de uma reinserção na dinâmica urbana e contemporaneamente identificadas como artefatos portadores de valores culturais, a serem preservados e interpretados, passaram a requerer projetos de intervenção criteriosos, pensados a partir dos pressupostos e princípios da teoria do restauro. Diante desse quadro, o presente estudo objetiva analisar o projeto de intervenção urbana proposto para uma extensa área industrial de interesse histórico, localizada entre os bairros Ostiense e Marconi, em Roma, Itália. As intervenções em andamento nos conduzem a refletir sobre questões envolvidas no tratamento do patrimônio urbano industrial, como a importância do diálogo entre preservação e planejamento urbano, e a elaboração de projetos criteriosos, ao intervir em conjuntos urbanos que adquiriram representatividade cultural.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio, patrimônio industrial, patrimônio urbano, intervenção urbana, preservação, restauração, Roma (Itália).

¹ Este artigo desenvolve temas abordados na tese de doutorado *Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*, defendida em 2009, na FAUUSP, sob orientação da professora Beatriz M. Kühl. Pesquisa realizada com o apoio do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

INTERVENCIONES URBANAS EN SITIOS INDUSTRIALES HISTÓRICOS: EL PROYECTO URBANO OSTIENSE MARCONI

RESUMEN

Desde la década de 1960, el concepto del patrimonio cultural ha ido ampliando sus fronteras de interpretación a una creciente gama de artefactos, allanando el camino para la asignación de significación cultural a distintas manifestaciones tangibles e intangibles que nos ayudan a entender elementos de nuestra historia cultural y social. En este proceso, artefactos que eran considerados “menores”, como ciertas arquitecturas y conjuntos urbanos asociados a los procesos de industrialización, han adquirido significación patrimonial, tanto por su importancia documental y social, como por sus características estéticas. Esta expansión conceptual evidencia un problema que hay que abordar: algunas zonas industriales desactivadas, vastas reservas de terreno en espera de una reincorporación a la dinámica urbana, y contemporáneamente identificadas como artefactos portadores de valores culturales a preservar e interpretar, comenzaron a exigir proyectos acurados de intervención, pensados a partir de los presupuestos y principios de la teoría de la restauración. Frente a esta situación, este estudio tiene como objetivo analizar el proyecto de intervención urbana propuesto para una extensa zona industrial de interés histórico, situada entre los barrios Ostiense y Marconi, en Roma, Italia. Las intervenciones en curso nos llevan a reflexionar sobre las cuestiones relacionadas con el tratamiento del patrimonio urbano industrial, como la importancia del diálogo entre la conservación y la planificación urbana; y la elaboración de proyectos acurados para intervenir en conjuntos urbanos que han adquirido significación cultural.

PALABRAS CLAVE

Patrimonio industrial, patrimonio urbano, intervención urbana, conservación, restauración, Roma (Italia).

URBAN INTERVENTIONS IN HISTORIC
INDUSTRIAL SITES: THE OSTIENSE
MARCONI URBAN PROJECT

ABSTRACT

Since the 1960s, the concept of cultural heritage has expanded its boundaries to a growing range of artifacts, paving the way for the allocation of cultural significance to various tangible and intangible manifestations that help us understand features of our cultural and social history. In this process, artifacts hitherto considered “minor,” such as certain works of architecture and urban complexes part of the industrialization processes, acquired cultural significance because of their documentary and social importance as well as because of their aesthetic characteristics. This conceptual expansion highlighted a problem to be addressed: vast obsolete industrial areas and extensive reserves of land waiting to be reinstated into the urban dynamics, contemporaneously identified as carriers of cultural values ??to be preserved and interpreted, began to demand appropriate intervention projects that were designed based on the assumptions of the theory and principles of restoration. Facing this situation, this article analyzes the urban intervention project in the Ostiense and Marconi districts, which represent an extensive historical industrial area in Rome, Italy. The interventions in progress cause us to reflect upon the issues involved in the treatment of the industrial heritage, such as the importance of dialogue between preservation and urban planning and the elaboration of appropriate projects to intervene in urban fabrics that have acquired cultural significance.

KEY WORDS

Industrial heritage, urban heritage, urban intervention, preservation, restoration, Rome (Italy).

INTERVENÇÕES URBANAS EM SÍTIOS HISTÓRICOS INDUSTRIAIS: O PROJETO URBANO OSTIENSE MARCONI

A atribuição de valores patrimoniais aos vestígios materiais e às manifestações imateriais relacionadas aos processos de industrialização – processo que remonta sobretudo à década de 1960 –, evidenciou uma série de questões, a serem enfrentadas pelos estudos de preservação e restauro. Como artefatos abarcados pela ampliação do conceito de patrimônio cultural, muitos edifícios e sítios industriais começaram a ser estudados e valorizados, tanto pela sua importância histórica e documental, como também por suas especificidades estéticas, pelo caráter de conjunto responsável pela conformação de paisagens únicas, e pelo espaço de sociabilidade construído em torno das atividades produtivas².

Dessa forma, analisar, selecionar, preservar e restaurar exemplares do patrimônio industrial assim identificados são ações que, indubitavelmente, pressupõem o reconhecimento de diversas especificidades a serem valoradas, como a questão da escala, a relação direta com sistemas produtivos específicos e complexos, a associação inequívoca desses edifícios e espaços com o entorno imediato, com populações tradicionais, com sistemas de transporte e energia, etc.

Atuar em áreas dessa natureza, portanto, é ação que demanda um grande esforço interpretativo, e criteriosas escolhas projetuais. Cabe ressaltar, ainda, que a situação de obsolescência e abandono a que muitos exemplares desse patrimônio estão submetidos agrega ao debate uma série de questões a considerar. Em muitos contextos, a necessidade de intervir e recuperar áreas industriais desativadas, para reintegrá-las à dinâmica urbana contemporânea, é premente; situação que, equivocadamente, pode levar a transcurar a necessidade de um aprofundado estudo prévio dessas estruturas, a favor de medidas de reabilitação pautadas pela inserção maciça de novos usos, nem sempre compatíveis com a apreensão das especificidades acima elencadas.

Principalmente a partir da década de 1970, as discussões sobre a preservação do patrimônio industrial vêm se ampliando, e diversos países têm se voltado ao desenvolvimento de seus próprios inventários e estudos. O fortalecimento do tema também se observa na realização de diversas reuniões científicas, cuja frequência possibilita certa difusão de experiências, a exemplo dos encontros promovidos por *The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage (TICCIH)*, organização criada em 1978 e voltada especificamente à preservação desse patrimônio³.

Cabe ressaltar, contudo, que a ampliação do debate não tem representado, tanto no contexto nacional como no internacional, a consolidação de uma efetiva prática de reconhecimento dos valores do patrimônio industrial, ou a garantia de seu devido estudo, seleção e preservação. De modo geral, defender a preservação de edifícios ou sítios industriais de interesse cultural é ainda tarefa muito difícil; o próprio reconhecimento do valor cultural desses bens esbarra em grandes

entraves. Seja devido às características arquitetônicas da maioria dos edifícios industriais, em geral pouco apreciadas, ou mesmo devido ao caráter de conjunto e integração com o entorno, que não se compreende bem, predominam ainda as atitudes pautadas pela caracterização desses artefatos segundo critérios de funcionalidade e lucro.

As especificidades compositivas dos edifícios e sítios industriais e as dificuldades para seu reconhecimento como patrimônio cultural são os principais motivos que dificultam um tratamento adequado, nos projetos de readaptação para novos usos. Ao atuar em áreas industriais desativadas, a prioridade geralmente é de ordem funcional: busca-se verificar qual o potencial que os edifícios possuem para abrigar novos usos, ou quais as possibilidades para nova ocupação dessas áreas após a demolição. A necessidade de transformar ou revitalizar zonas degradadas geralmente assume a prioridade da intervenção; e a manutenção do patrimônio industrial e de suas paisagens, quando comparece, geralmente passa para segundo plano. As intervenções objetivam transformar e valorizar essas áreas, tanto a partir de projetos “âncora” – grandes obras, geralmente confiadas a arquitetos de renome, que objetivam incrementar a valorização da região, induzir novos projetos, ou promover o turismo –, como na proposição de novos usos, ou no próprio releitamento dessas áreas, para novas construções.

Análises atentas sobre a relevância histórica e estética desses bens, ou sobre a representatividade dos espaços da indústria na conformação de particulares dinâmicas de sociabilidade e convivência, aspectos associados aos espaços da memória na cidade, são temas facilmente negligenciados nesse processo. A escala urbana desse patrimônio é um dos principais problemas, nesse sentido. O fato de muitos sítios industriais ocuparem extensas áreas, por um lado, dificulta a apreensão de suas especificidades de conjunto e, por outro, aguça ainda mais o interesse na implementação de novas construções. Nesses casos, a identificação, atribuição de valores e possível preservação de artefatos urbanos associados à industrialização são ações que adquirem, indubitavelmente, dimensão urbana e que devem, portanto, serem tratadas nos moldes da conservação integrada, conforme as recomendações da Declaração de Amsterdã, de 1975 (CARTAS PATRIMONIAIS, 2000, p. 199-210). Segundo as prerrogativas da conservação integrada, além da necessária atuação interdisciplinar, seja na fase de estudo das preexistências urbanas a serem preservadas - momento em que as análises multidisciplinares fazem-se necessárias, dada a grande complexidade desses artefatos -, seja nas fases propositiva e executiva, deve-se ainda buscar um esforço conjunto, na elaboração de projetos que abarquem, concomitante e adequadamente, tanto as exigências da preservação do patrimônio, quanto aquelas do desenvolvimento urbano e territorial.

No presente texto, com o intuito de evidenciar e problematizar as questões acima introduzidas, analisaremos um projeto voltado à revitalização de extensas áreas industriais desativadas, na cidade de Roma, Itália: o Projeto Urbano Ostiense Marconi. Neste amplo programa de intervenções, a adoção de determinadas estratégias operacionais, procedimentos jurídicos e recursos projetuais abre caminho para problematizarmos e refletirmos sobre as complexas questões envolvidas na atuação sobre zonas industriais que adquiriram significação cultural, lançando luzes sobre os nós teórico-operacionais a serem depurados, na busca por projetos atentos e responsáveis, com relação aos bens que se pretende tutelar e preservar.

O Projeto Urbano em pauta consiste num amplo programa de intervenções, voltadas à requalificação de um perímetro que abarca dois bairros, separados pelo rio Tibre. O projeto busca intervir em parcelas residenciais construídas na década de 1950, no bairro Marconi, e áreas industriais subutilizadas ou desocupadas, dispersas pelo bairro Ostiense.

A cidade de Roma não passou por momentos intensos de industrialização, e também não chegou a sediar setores produtivos de grande porte, como Milão ou Nápoles, por exemplo. O bairro romano Ostiense, no entanto, possui uma série de edificações industriais, e significativas instalações destinadas à produção, coleta e distribuição de serviços urbanos; estruturas não necessariamente concentradas em um único sítio, mas suficientemente próximas, para configurar uma paisagem urbana expressiva. Essa região reúne vários equipamentos e sedes produtivas, hoje desativadas, como o Gasômetro, os Mercados Gerais, o Matadouro, a Central Elétrica e outras importantes instalações fabris⁴.

O tratamento dos diversos sítios e edifícios industriais desocupados existentes nessa região integra as políticas de renovação urbana previstas pelo último plano diretor de Roma. No âmbito do projeto Ostiense-Marconi, o plano diretor vislumbra, tanto a realização de melhorias na escala urbana (obras viárias, construção de novas pontes para integrar ambos os bairros, e até mesmo a tentativa de promover a navegabilidade do rio Tibre, desde o Testaccio, até a

cidade de Ostia Antiga, como um diferencial para revitalizar a área), como uma série de intervenções pontuais, de recuperação de edifícios industriais, ou demolição e reconstrução, com o intuito de induzir a requalificação local. Alguns projetos já foram executados, como a instalação da Faculdade de Direito da Universidade Roma Três, na antiga Vidraria Bordonni; da Faculdade de Arquitetura, em parte do antigo Matadouro⁵; e a instalação de um museu, na Central Elétrica Montemartini. Está também prevista a instalação do Museu da Ciência, na área dos antigos Gasômetros⁶.

Esses projetos têm sido propostos e executados em etapas. Dada a grande extensão da área encampada pelo projeto urbano, a requalificação da região tem sido buscada a partir da promoção de intervenções pontuais, de projetos de readaptação de edifícios, ou sítios



Fig. 1. Sítios industriais no bairro Ostiense, Roma, Itália. Os sítios destacados e as áreas envoltórias integram o Projeto Urbano Ostiense-Marconi. Base cartográfica: Google Maps. Fonte: Autora, 2009.

industriais, considerados isoladamente, com o intuito de promover, gradualmente, a valorização da área. A transformação desses setores industriais desativados está prevista em plano diretor, mas não há diretrizes claras com relação à preservação dessas estruturas, e inexistem um plano inicial, pensado em escala urbana, que coordene a condução desses trabalhos pontuais, visando a coadunação entre a preservação e as necessárias transformações urbanas, atentando, sobretudo, para as especificidades do conjunto construído, entendido como um patrimônio urbano.

Tem sido adotado o procedimento de planejamento denominado *planning by doing*, metodologia predominante na redação do novo plano diretor de Roma, e bastante criticada por alguns estudiosos do urbanismo. Tal metodologia pressupõe que o plano diretor é “um plano que se faz operando”, ou seja, que se resolve ao longo do processo de implantação das propostas pontuais, método considerado por Archibugi (2005) como um “não-método”, já que alimenta a prática empírica e enfraquece a estratégia propositiva e operacional, elementos básicos de um planejamento⁷. Nesse modo de intervir, as obras isoladas podem até apresentar bons resultados, mas não necessariamente se articulam com o todo, que é, como patrimônio urbano, um monumento único. Devemos ter em mente que não somente os sítios de atividades produtivas específicas possuem importantes valores compositivos, mas também a articulação entre os vários sítios industriais da área, responsáveis pela configuração da paisagem do bairro industrial. Dessa forma, essas soluções pontuais, buscadas conforme a disponibilidade de recursos e desarticuladas entre si, podem representar um perigoso caminho no tratamento desse patrimônio e gerar, inclusive, o caráter de *puzzle*, já observado por estudiosos⁸.

No caso da área Ostiense, alguns projetos de adaptação de sítios industriais para novos usos apresentaram resultados interessantes, apesar do citado isolamento. A instalação do novo polo expositivo dos Museus do Capitólio, na Central Elétrica Montemartini, e as obras realizadas no antigo Matadouro são exemplos nesse sentido. O projeto do museu buscou soluções projetuais interessantes, a partir de uma leitura cuidadosa dos espaços internos da antiga Central Elétrica, de modo a inserir o novo uso com respeito ao preexistente. Na adaptação dos espaços internos, a galeria de esculturas clássicas ocupou a antiga sala de máquinas, onde, curiosamente, as máquinas foram mantidas: um imponente grupo de motores a diesel e um turboalternador a vapor. A exposição das esculturas segue ao lado das máquinas preexistentes, permitindo a leitura dos espaços originais e a fruição do novo uso, em relevante contraste. Trata-se de um

Fig. 2. Novo polo dos Museus do Capitólio, na Central Elétrica Montemartini (*Musei Capitolini Centrale Montemartini*), vistas da sala das máquinas. Projeto de adaptação realizado em 1997. Foto: Autora, 2006.



caso exemplar, onde a adaptação funcional não significou a anulação dos espaços originais, não considerou o edifício industrial como um “receptáculo” para o novo, como geralmente acontece; ao contrário, não somente respeitou suas características, como também evidenciou a memória das formas de produção ali sediadas, e sem comprometer as funções do novo museu, que, na verdade, resultou em um espaço ainda mais interessante⁹.

As obras de adaptação do antigo Matadouro do Testaccio também apresentaram resultados significativos. O complexo, construído entre 1888 e 1891 e desativado em 1977, ocupa uma área de 10 hectares e vem recebendo adaptações para usos culturais, a exemplo do pavilhão ocupado pelo Museu de Arte Contemporânea e outros recintos adaptados para a Faculdade de Arquitetura. Pretende-se, ainda, inserir outros usos, como salas para mostras de arte, ateliês de artistas e serviços voltados para o bairro. O projeto foi fundamentado em rigoroso estudo histórico e amplos levantamentos¹⁰. Até o momento, as intervenções realizadas dialogam convenientemente com o preexistente.

Do ponto de vista de alguns profissionais do planejamento urbano, contudo, tanto a questão do isolamento dos projetos, como também a própria qualidade projetual das intervenções são considerados temas secundários, questionamentos que não cabem aos planejadores. A postura de Marcelloni é clara. O autor prioriza a funcionalidade dos novos projetos, como elementos que trarão vitalidade a certos setores urbanos, e busca destacar os meios políticos para viabilizar a realização das obras, mas não leva em consideração o valor cultural possivelmente atribuível às estruturas envolvidas, ou mesmo a qualidade projetual das intervenções a serem realizadas. Pelo contrário, o autor entende como “qualidade” somente o resultado final que repercutirá nos arredores a partir dessas intervenções, e não o projeto propriamente dito, postura que evidencia um flagrante distanciamento entre o pensamento urbanístico e as questões da preservação.

Por qualidade eu entendo o resultado final da intervenção e não a específica qualidade arquitetônica do projeto realizado. Creio que a qualidade deva ser medida, se posso usar esse termo, sobre o caráter estratégico que cada projeto, grande ou pequeno, deve apresentar e que se avalia com relação a dois parâmetros: a sua contribuição ao fortalecimento geral da cidade, à sua competitividade, à sua imagem geral [...]; e a sua contribuição para a melhoria da qualidade local, pontual, onde o projeto se insere (Marcelloni, 2003, p. 221-222) ¹¹.

Dentre as obras previstas pelo projeto urbano Ostiense-Marconi, a análise do projeto de reutilização dos Mercados Gerais de Roma evidencia alguns dos principais problemas interpretativos e metodológicos associados à prática de intervenção em áreas industriais. A ideia de propor a revitalização do complexo surgiu logo após sua desativação, em 2002, e em pouco tempo iniciaram-se os procedimentos para viabilizar a obra. Uma primeira fase de trabalhos foi destinada ao estudo da área, aquisição de dados sobre a população local e pesquisas sobre o complexo industrial e sobre o tecido urbano circundante, com o intuito de verificar quais os possíveis novos usos para a área.

O complexo dos Mercados Gerais de Roma foi construído pela administração municipal, entre 1910 e 1926, na via Ostiense, e ocupa uma área de aproximadamente 82.000 m² em um quadrilátero de cerca de 280 m de lado¹². O

projeto original é composto por uma série de pavilhões em concreto armado. Em 2002, os Mercados Gerais foram desativados e transferidos para outro local, mais afastado do centro urbano. O complexo compreende basicamente duas partes: o antigo mercado das ervas, próximo da via Ostiense – recinto com edifícios de, no máximo, dois pavimentos, alguns dos quais de notável interesse arquitetônico –, e a área dos grandes pavilhões: a ex-Ovipol, o novo e o velho mercado do peixe, edifícios de grandes dimensões e considerável relevância arquitetônica, no âmbito das tipologias industriais.

Segundo Musso (2003), a escolha de um novo uso procurou respeitar os valores arquitetônicos do complexo e corresponder às expectativas sociais do bairro e da cidade. Após os primeiros estudos, principalmente baseados nas demandas locais, optou-se pela transformação dos antigos mercados em um centro de atividades e serviços destinados aos jovens: esportes, formação, cultura e entretenimento em geral¹³. Para construir a chamada Cidade dos Jovens, intervenção que deveria abarcar a adaptação de alguns edifícios existentes e a construção de novos, foi realizado um concurso internacional de projetos, em 2004, tendo sido escolhida a proposta dos arquitetos holandeses Rem Koolhaas e Ellen Van Loon, do escritório OMA, *Office for Metropolitan Architecture*.

A realização do concurso de projetos evidencia o interesse da administração pública local em “internacionalizar” a cidade, colocando-a em confronto com outras metrópoles europeias, no plano das grandes obras arquitetônicas, bem como na oferta de atividades culturais e de entretenimento, como esclarece a própria prefeitura, na exposição dos objetivos do projeto¹⁴. Ainda segundo essa exposição, o projeto escolhido “é um exemplo concreto de como Roma está intervindo na recuperação de estruturas e de complexos surgidos na primeira fase industrial e agora em desuso”, e com relação às estruturas preexistentes, “é obviamente respeitoso com relação à história desses edifícios, e ainda tutela sua qualidade e seus valores arquitetônicos, combinando funcionalmente antigo e moderno”¹⁵.

A observação do andamento das obras, no entanto, evidencia outra realidade. Grandes demolições já foram realizadas, e o material divulgado sobre o projeto não faz nenhuma menção aos critérios empregados para inserção das novas estruturas no complexo antigo. As maquetes eletrônicas apresentadas ressaltam a nova arquitetura, e os edifícios demolidos sequer são citados, sendo até mesmo difícil

Fig. 3. À esquerda, configuração dos Mercados Gerais de Roma, antes da desativação: pavilhões e espaços externos para venda de produtos. À direita, situação em 2007, após o início das demolições. Edifícios remanescentes: 1. pavilhão de acesso; 2. pavilhão das carnes e ovos; 3. pavilhão do peixe. Fonte: Acervo da autora.

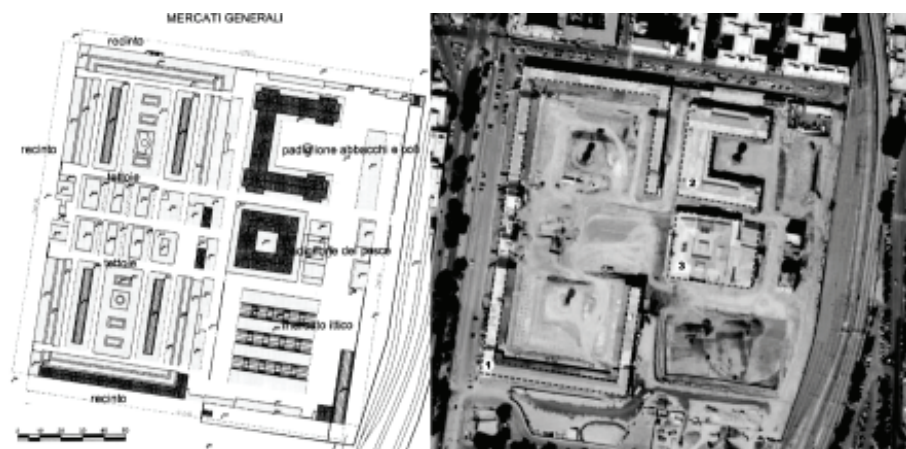




Fig. 4: Mercados Gerais. Antigo pavilhão para venda de carnes e ovos. Edifício n. 2 na implantação da figura 3.
Foto: Autora, 2006.



Fig. 5: Mercados Gerais. Antigo pavilhão para venda de peixe. Edifício n. 3 na implantação da figura 3.
Foto: Autora, 2006.

Fig. 6: Mercados Gerais. Antigo pavilhão para venda de peixe.
Foto: Autora, 2006.



identificar “onde está o antigo”, em meio às novas estruturas grandiosas. Em linhas gerais, a proposta prevê a construção de novos volumes, em linguagem arquitetônica marcadamente contemporânea, ao lado de alguns dos antigos edifícios, que serão adaptados para novas funções¹⁶. Serão também criados grandes espaços comerciais, que funcionarão como praças públicas, o que tem determinado a destruição de grande parte do antigo complexo industrial. Interessante, ainda, notar que a nova arquitetura e a adaptação dos antigos edifícios parecem ter sido pensados separadamente, já que, como aponta a descrição do processo de desenvolvimento da proposta, a recuperação da “parte histórica” dos Mercados Gerais foi confiada a outros arquitetos, os romanos Bruno Moauro e Roberto Capocaccia, metodologia de projeto que evidencia o frágil reconhecimento das particularidades responsáveis pela configuração do conjunto industrial e do próprio processo de restauro, como se as novas construções, a serem inseridas em um patrimônio urbano, pudessem ser projetadas a despeito do preexistente, da “parte histórica”, cujo tratamento caberia a outros profissionais. Outra questão controversa, no processo de requalificação dos Mercados, foi a condução e abrangência dos estudos históricos preliminares, considerados insuficientes por muitos estudiosos. Ainda antes da escolha do projeto do OMA, Racheli (2000, p. 13-36) já demonstrava preocupação com a realização de estudos mais aprofundados sobre as edificações existentes e sobre o processo de transformação da área, recurso imprescindível para subsidiar a elaboração dos futuros projetos de intervenção. Essa carência de informações documentais, por si só, já deveria inviabilizar a proposição de novos projetos¹⁷.

Além da descaracterização do antigo conjunto industrial, o movimento de terra realizado para a construção das novas obras trouxe à tona documentos arqueológicos inesperados: uma antiga via romana, um engenhoso sistema para isolamento da umidade, composto por centenas de ânforas enfileiradas, e partes dos antigos túneis do sistema de drenagem do rio Almone; elementos que despertam a atenção sobre a necessidade de estudos ainda mais aprofundados sobre os sítios a serem restaurados¹⁸.

A definição do procedimento jurídico que conduziria a intervenção foi outro ponto polêmico. Logo após os estudos preliminares, decidiu-se por confiar

todo o projeto, execução e gestão à iniciativa privada. Foi adotado o procedimento denominado *project financing*: a execução do empreendimento é confiada à iniciativa privada, que receberá a concessão de uso dos espaços e responderá por sua gestão e exploração econômica, por um prazo de, no máximo, 60 anos. O papel da administração pública restringe-se às intervenções nos espaços públicos e à determinação de certos parâmetros iniciais do projeto, como a previsão de alguns serviços para a população local e a exigência de conservação dos bens “vinculados”, o equivalente ao nosso tombamento. O mecanismo tem sido considerado inadequado para intervenções no patrimônio urbano, pois a integração entre tutela e projeto de transformação inevitavelmente fica comprometida, quando o próprio instrumento jurídico que viabiliza o empreendimento pressupõe a geração de lucro como prioridade¹⁹.

Dessa forma, tanto o projeto urbano Ostiense-Marconi, como a requalificação dos Mercados Gerais têm recebido muitas críticas, por parte dos profissionais envolvidos com a preservação. Para Alberto Racheli (2000), o projeto para a área Ostiense está mais inclinado à produção de novas obras arquitetônicas, do que à adaptação, do patrimônio industrial desocupado, para novos usos. Essa visão se origina, segundo o autor, em uma ideia equivocada de que a preservação e recuperação da cidade existente passam para segundo plano, frente à possibilidade de redesenhar a cidade, segundo a linguagem arquitetônica de nossa época. Não se trata apenas de um problema metodológico de projeto urbano, mas da noção, cada vez mais difundida, de que recuperar, ou restaurar sítios de grandes dimensões significa substituir o existente com novas obras grandiosas; e a manutenção de algumas estruturas antigas, quando acontece, acaba por desempenhar um papel oposto ao que entendemos por preservar, ou seja, são situações onde

não se pode falar de recuperação, mas de projeto ex novo e o apelo à primeira categoria representa o frágil pretexto de fazer dialogar em contraponto os léxicos arquitetônicos de hoje com aqueles de ontem. Só que os últimos, em vez de serem revitalizados, geralmente são reduzidos a fragmentos urbanos voltados a exaltar [...] a presença da arquitetura nova dentro de meras imagens alusivas de reminiscências do passado (Racheli, 2000, p. 15).

Propostas segundo tais orientações não somente descontextualizam o artefato original, como também, no caso de composições urbanas, anulam o sentido das conexões e relações entre as estruturas. De certa forma, é um modo de intervir no qual o edifício antigo não faz e não pode fazer parte da vida moderna, ao contrário, está à sua margem, como uma ruína (CONTI, 1996 *apud* Racheli, 2000, p. 16). São comuns, nesse sentido, as propostas que conservam uma chaminé, ou uma parcela de um edifício industrial, como recurso para agregar ao projeto a ideia de reutilização e valorização da arqueologia industrial, quando, na verdade, as prioridades da intervenção são de outra natureza²⁰. Racheli ressalta ainda, assim como De Fusco (1999, p. 46-47) e também Bonelli (1957, p. 57), décadas atrás, que a dificuldade de valorização do patrimônio urbano e, conseqüentemente, o emprego de recursos projetuais que desconsideram o preexistente, possui raízes na própria orientação didática preponderante no ensino universitário, a qual deveríamos, portanto, rever e reinterpretar.

É o que os fatos infelizmente demonstram, e isso é em grande parte atribuível aos resultados do ensino universitário, que deixa mão livre aos professores para orientar os alunos na realização de operações de sistemática destruição do ambiente construído, sem nem mesmo se colocar preliminarmente o objetivo de efetuar uma pesquisa prévia digna de tal nome, apta a verificar, ao menos em suposição, se algum edifício por acaso seja merecedor de conservação ou não. [...] A preparação universitária deveria [ao contrário] induzir os estudantes, desde os primeiros anos, a compreender que para operar é necessário primeiro conhecer, e que fazer uma boa arquitetura, como dizia Adolf Loos, não significa a todo custo fazer-se por força notar (RACHELI, 2000, p. 16-23).

O tratamento do tema pelos instrumentos urbanísticos vigentes também foi considerado inadequado, conforme as análises de Barbara Elia (2000). Os conjuntos industriais desativados, até 2000, integravam as chamadas zonas de uso C ou D²¹. A zona C (redimensionamento viário e construtivo) abrangia áreas degradadas dentro do tecido consolidado, para as quais era necessária a aprovação de planos específicos para a condução de qualquer intervenção; já para as áreas delimitadas como zona D (completamento), a aprovação desses planos não era obrigatória. Dessa forma, muitas intervenções em sítios industriais de interesse cultural ocorreram mediante concessão construtiva direta, sem a necessidade de aprovação prévia de projetos detalhados, logo, sem o desenvolvimento de qualquer pesquisa documental. Essas concessões “livres de aprofundamentos historiográficos (que a lei também não torna obrigatórios) [refletem, portanto,] o gosto subjetivo do projetista, sem considerar a objetividade da fundamental instância do reconhecimento dos valores históricos, sem a qual não há obra de restauro” (ELIA, 2000, p. 333). Já no novo Plano Diretor de Roma, parcelas urbanas como a área industrial Ostiense foram enquadradas como “centralidades metropolitanas e urbanas”, assim definidas:

As Centralidades metropolitanas e urbanas são voltadas à nova organização multipolar do território metropolitano, a partir de uma forte caracterização funcional e morfotipológica, assim como uma estreita conexão com as redes de comunicação. Essas áreas compreendem partes de cidade caracterizadas por elevada acessibilidade pela rede de transporte público (particularmente o ferroviário), por uma forte integração funcional, por relevantes conotações de identidade social e histórica, e por um alto potencial para a transformação (COMUNE DI ROMA, 2003, p. 74)²².

Segundo Barbara Elia (2004, p. 247-252), o texto do plano sugere uma realidade preexistente “desestruturada”, e o citado “alto potencial para a transformação” acaba por condicionar o desenvolvimento de projetos urbanos pautados pela implementação de obras pontuais e excepcionais, entendidas como “pontos de força”, que induzem a continuidade da requalificação do entorno. Dessa forma, o processo de reutilização da área tem sido conduzido segundo pressupostos equivocados, e a própria orientação jurídica, expressa pelo plano diretor e pelos textos oficiais do projeto urbano Ostiense-Marconi, tem alimentado esse caminho. A autora identifica três modalidades de intervenção, nos citados textos oficiais. Além do emprego equivocado de termos e conceitos, os textos

evidenciam a grande desconexão entre os pressupostos de um projeto de restauro e as orientações do planejamento urbano, caminhando na contramão das diretrizes dos documentos internacionais, que pontuam a necessidade de diálogo entre ambas as frentes de atuação.

Uma das modalidades de intervenção citadas pela autora é denominada “demolição e reconstrução”. Como o próprio nome já diz, trata-se de predisposições legislativas que permitem a concessão de alvarás de demolição (total ou parcial) de edifícios localizados nas chamadas “centralidades”, para a inserção de novos projetos “de utilidade pública”, como, por exemplo, a construção de áreas residenciais, com a contrapartida de ceder superfícies para o poder público. Sem adentrar na discussão sobre a eventual qualidade dos projetos realizados no lugar das demolições (que porventura podem até resultar bons), a autora ressalta o aparente “esquecimento” de que essas áreas demolidas são, na verdade, partes da cidade histórica. Projetos dessa natureza partem de pressupostos antitéticos, pois ignoram comodamente as preexistências e eximem-se da discussão teórico-crítica que deveria respaldar seu desenvolvimento. Um projeto na área Ostiense que se enquadra nessa modalidade é a proposta de intervenção nos armazéns da Federação Italiana Consórcios Agrários (ex *magazzini della Federazione Italiana Consorzi Agrari*), que prevê a demolição de grande parte do conjunto arquitetônico, para a construção de novos edifícios residenciais. Segundo Elia (2004, p. 249), o sítio industrial da antiga fábrica de velas e sabão Mira Lanza também estaria ameaçado por projetos semelhantes²³.

A segunda categoria é aquela classificada como “restauro leve”, um termo, “criado pela fantasia dos administradores”, para designar as adaptações que não destroem tudo indiscriminadamente, ou seja, o que denominamos comumente de “restauro”²⁴. Finalmente, a terceira categoria identificada pela autora é aquela ironicamente chamada de “restauro pseudofilológico”. De um lado, a preocupação com a conservação é incentivada, a partir da contratação de um grupo de especialistas para elaborar levantamentos e estudos históricos e documentais sobre a área a ser objeto de intervenção; e, de outro lado, são adotados mecanismos operativos que frustram as investigações previamente efetuadas, como o citado *project financing*, adotado no projeto de requalificação dos Mercados Gerais de Roma, um instrumento, como vimos, alimentado pela lucratividade do empreendimento.

Essa distância entre as análises desenvolvidas em âmbito acadêmico e as proposições práticas finais fica ainda mais evidente, nos dizeres de Francesco Cellini (2004), ao introduzir a publicação sobre os estudos da área Ostiense-Marconi, realizados pela Universidade Roma Três a pedido da administração municipal, e o fato não parece ser visto como um problema²⁵. A publicação, que reúne levantamentos diversos, análises históricas, mapeamento das preexistências arqueológicas, estudos do tecido urbano e dos principais edifícios, documentação arquivística (mapas, projetos antigos) e propostas de projetos para alguns sítios do perímetro, é apresentada como uma documentação paralela, com relação aos projetos em andamento. Cellini afirma: “a presença de títulos quase idênticos entre o projeto urbano precedente, o projeto apresentado neste volume e o conjunto de projetos [...] hoje vigentes no setor como instrumentos aplicativos do novo Plano Diretor, e que outra vez recebem o nome de Projeto Urbano Ostiense-Marconi, pode gerar confusão” (CELLINI, 2004, p. 11-12). No entanto, o fato é considerado

um dado positivo, um “sintoma de uma realidade propositiva e projetual verdadeiramente inovadora”, e um método que permite a proposição de um vasto “repertório de possibilidades projetuais”. Se os levantamentos e propostas do volume foram encarados como um exercício projetual propositivo e alternativo, o esforço certamente é válido. O curioso é não se questionar por que os projetos efetivamente em curso não buscaram dialogar com a preexistência, e nem mesmo se valeram desses levantamentos documentais, previamente realizados em âmbito acadêmico²⁶.

Uma das principais questões apontadas no projeto de requalificação dos Mercados Gerais é a recorrência a projetos arquitetônicos de grande visibilidade, que priorizam a “nova imagem”, em detrimento das preexistências históricas. Conforme acenamos no início deste texto, tem sido comum o tratamento de áreas industriais desativadas – parcelas urbanas extensas e estratégicas –, como uma oportunidade para grandes empreendimentos, ocasião em que o novo projeto assume a dianteira, frente à valorização do patrimônio. A questão poderia ser encarada como mais uma das faces do velho debate sobre o encontro entre o antigo e o novo. No entanto, a dimensão das novas obras, as prioridades equivocadas e o frágil reconhecimento dos valores das preexistências industriais não nos permitem, neste caso, legitimar um debate sobre este suposto diálogo. A inserção do novo, em exemplos como este, acaba por anular completamente as qualidades de conjunto do patrimônio urbano, conforme temos procurado evidenciar. E não faz sentido, portanto, iniciar qualquer discussão sobre a qualidade projetual, como ressalta Racheli:

Não tem sentido, de fato, falar de qualidade arquitetônica, quando se encontra diante da infausta possibilidade de que um ambiente urbano de relevante interesse histórico-arquitetônico possa ser drasticamente destruído. O discurso sobre a qualidade arquitetônica acontece em um segundo tempo, somente depois de se ter decidido o que conservar e o que destruir, e não certamente a priori: querendo ser mais explícito, nenhuma pessoa, se dotada de bom senso, decidiria abater o Coliseu para substituí-lo por uma estela luminosa projetada por Massimiliano Fuksas, em nome da arquitetura moderna. Portanto, não conseguimos compreender o autêntico significado das palavras [empregadas para defender a] suposta qualidade arquitetônica que o bairro Ostiense deveria assumir a partir da execução das intervenções programadas (RACHELI, 2004, p. 257) ²⁷.

Do exposto, notamos que o distanciamento entre as diretrizes da preservação – acordadas ao longo de décadas de debates e consubstanciadas em documentos internacionais, como a Carta de Veneza e a Declaração de Amsterdã – e a prática corrente no tratamento do patrimônio urbano assume proporções ainda maiores, quando os sítios em pauta são de origem industrial. No tratamento de sítios industriais de interesse cultural, os entraves aqui mencionados e a debilidade interpretativa dos preceitos que regem a teoria do restauro ficam ainda mais evidentes, sobretudo devido às dificuldades relacionadas com a valorização desses artefatos, à incompreensão de suas especificidades, ou, ainda, devido às fortes pressões especulativas de diferentes naturezas.

Em geral, os projetos de intervenção para áreas industriais tratam-nas como reservas de terreno para novos projetos, a despeito dos valores eventualmente

atribuíveis às estruturas preexistentes, que, em muitos casos, não chegam sequer a ser devidamente estudadas e analisadas. Em propostas de intervenção para áreas dessa natureza, quando a questão do patrimônio industrial é citada, raramente assume prioridade na elaboração dos projetos. A prioridade é a transformação em si, o novo projeto, a alteração de um quadro de degradação, para impulsionar a valorização local, e o patrimônio industrial existente assume um papel coadjuvante. Nessa asserção, a composição espacial do conjunto industrial – considerando as especificidades de implantação e projeto, condicionadas pela atividade produtiva, e as relações desses conjuntos com as áreas urbanas envoltórias, elementos que compõem uma paisagem particular – geralmente não é respeitada. Em muitos casos, a preservação do patrimônio industrial resume-se à manutenção de edifícios ou estruturas (“excepcionais”?) isoladas: um edifício de arquitetura interessante, uma chaminé ou um equipamento “curioso”; estruturas preservadas para serem mergulhadas em uma ambiência nova, em uma imagem nova, na qual o passado industrial é identificável somente pela presença de resíduos descontextualizados. Logo, o entendimento da noção de patrimônio urbano, a identificação de conjuntos construídos como monumentos coletivos, portadores de valores e especificidades, que compõem paisagens únicas, geralmente não comparece na elaboração de projetos de intervenção em sítios industriais de interesse cultural.

À guisa de conclusão, cumpre salientar a necessidade de alicerçarmos a compreensão de que o tratamento de áreas industriais, identificadas como de interesse para preservação, necessariamente precisa ser pensado a partir de uma escala mais ampla, considerando a articulação de diversos fatores envolvidos na dinâmica urbana em jogo, e buscando o diálogo entre as diretrizes de planejamento urbano e as prerrogativas da preservação e do restauro. É uma situação, portanto, que nos remete às discussões em torno da preservação de áreas e conjuntos urbanos: a necessidade de pensar a inserção de novos elementos em sintonia com o preexistente, de propor novos usos condizentes com a escala e a dinâmica urbana local, bem como a oportunidade de integrar projetos pontuais a projetos de maior abrangência, reinserindo com cuidado, as áreas restauradas, em uma nova realidade.

NOTAS

² Com maior vigor, sobretudo a partir da década de 1960, quando importantes testemunhos da industrialização começaram a ser demolidos, devido à obsolescência ou desativação, diversos pesquisadores, principalmente historiadores e arqueólogos, voltaram-se ao estudo desse patrimônio e procuraram discutir métodos e critérios para sua salvaguarda. De modo geral, a tutela de remanescentes industriais passou a ser defendida por diversos motivos: seja devido à importância, como recurso educacional, como subsídio aos estudos de história da técnica, dos processos produtivos ou equipamentos, seja a partir da abertura de novas perspectivas de análises, e releituras históricas sobre o processo de industrialização e as transformações sociais, espaciais, políticas e econômicas dele derivadas. Para aprofundamento, consultar: BUCHANAN, 1974; KÜHL, 1998; KÜHL, 2009.

³ O TICCIH possui representação brasileira oficial desde 2004, com a fundação do Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial. O tema vem ganhando espaço na produção acadêmica brasileira, tendo sido realizados vários encontros científicos, para discutir a questão. Para um panorama das principais pesquisas e encontros científicos realizados em solo brasileiro, consultar KÜHL, 2009, p. 48-49.

⁴ Para um panorama histórico sobre o desenvolvimento industrial da área Ostiense e dados sobre os principais edifícios da área, consultar: NERI, 2000, p. 83-141; CANCIANI, 2004, p. 16-37.

- ⁵ A publicação: *Fabbriche della conoscenza: Roma Tre nel territorio e nella riqualificazione dell'area Ostiense* reúne informações gerais sobre a adaptação de alguns edifícios industriais, da área Ostiense, para novos usos, voltados à Universidade Roma Três. A publicação possui caráter ilustrativo, e não há menção aos critérios adotados nos projetos de intervenção citados.
- ⁶ Marcelloni ressalta outras importantes iniciativas em andamento, em Roma, além da área Ostiense. No caminho do chamado “eixo cultural”, que parte do auditório de Renzo Piano e alcança o Foro Itálico e o Palácio das Armas (de Luigi Moretti), os antigos alojamentos militares da via Guido Reni estão sendo adaptados para abrigar parte da Universidade *La Sapienza* e outros empreendimentos, como o Museu Nacional das Artes do Século XXI (*Museo Nazionale delle Arti del XXI Secolo*), projeto de Zaha Hadid, recentemente inaugurado, e a sede da Agência Espacial Italiana, projeto de Massimiliano Fuksas. Outras iniciativas relevantes são: projeto “Nova Saxa Rubra”, ao longo de Via Flaminia, que prevê a requalificação das Fornalhas Mariani (*Fornace Mariani*); e a “Nova Fiorentini”, antiga área industrial, nas proximidades da via Tiburtina, transformada em “cidadela da pequena e média empresa”, projeto do arquiteto Paolo Desideri. Há o intuito de transformar o eixo, tradicionalmente industrial, da Tiburtina em área voltada à inovação tecnológica empresarial. MARCELLONI, 2003, p. 215-222.
- ⁷ Segundo Archibugi, “*Planejar através do fazer* é um slogan que diz tudo e nada ao mesmo tempo. Uma vez que planejar é já um fazer, e nada mais que um fazer [...]; mas, se identificado somente no fazer, significa eliminar o sentido específico do planejar, que quer, me parece, significar justamente o não querer somente fazer, mas fazer mediante um plano (*doing by planning*). E então, que sentido tem essa expressão?”. Grifos do autor. ARCHIBUGI, 2005, p. 11.
- ⁸ Para Racheli (2004, p. 255), esse tipo de orientação do plano diretor funciona como “um mosaico de casuais tesselas localizadas naquele ‘tabuleiro de xadrez’ da cidade [...] Um incerto, desproporcionado e descontínuo *puzzle*, gerado por exigências diversas, em momentos diferentes.”
- ⁹ Sobre o projeto de adaptação da central elétrica em museu, ver: ROMEO, 2001, p. 89-98, e STORELLI, 2001, p. 55-66.
- ¹⁰ Para aprofundamento, consultar: CUPELLONI, 2001.
- ¹¹ O autor Maurizio Marcelloni é professor de projeto urbano na Universidade *La Sapienza*, Roma, Itália.
- ¹² O projeto dos Mercados Gerais foi elaborado pelo escritório técnico da administração municipal e coordenado pelo engenheiro Emilio Saffi. O projeto previa duas zonas separadas: uma para o mercado das frutas e ervas, e outra para o mercado de peixe, carnes e ovos, bem como uma ampla área destinada aos binários de ligação com a ferrovia, edifícios para escritórios, depósitos, etc. CAMPITELLI e TOLOMEO, 1984, p. 458; MUSSO, 2003, p. 223-229.
- ¹³ Musso (2003, p. 224) ressalta as dimensões gerais do complexo, que lhe conferem destacada expressividade, no contexto urbano no qual se insere: superfície total do complexo: 82 mil m²; área edificada: cerca de 42 mil m²; superfície da rede viária e áreas desocupadas: cerca de 40 mil m².
- ¹⁴ Segundo Rossi (2005), essa tendência de “internacionalização da cidade” tem sido observada na execução de várias obras projetadas por grandes nomes da arquitetura mundial: Renzo Piano (Auditório); Odile Decq (ampliação da sede do MACRO, Museu de Arte Contemporânea), Zaha Hadid (Museu de Arte do Século XXI), Richard Meier (Museu Ara Pacis), bem como na previsão de futuros projetos de Massimiliano Fuksas, Santiago Calatrava, Juan Navarro Baldeweg, Vittorio Gregotti, entre outros.
- ¹⁵ Dizeres extraídos do *site* oficial do *Comune di Roma*, departamento VI: Políticas da programação e planejamento do território (*Politiche della programmazione e pianificazione del territorio*).
- ¹⁶ Para imagens do projeto, consultar o site do *Office for Metropolitan Architecture*: <http://www.oma.eu>.
- ¹⁷ Na mesma publicação, *Roma Moderna e Contemporânea*, ano VIII, n. 1/2, os artigos de Antonio Parisella e Barbara Elia também abordam a questão.
- ¹⁸ Além das estruturas de engenharia, foram também encontrados sarcófagos, estátuas, afrescos e cerâmicas. A descoberta dos restos arqueológicos não comprometeu o andamento do projeto de Koolhaas. Estuda-se apenas a possibilidade de manter algumas aberturas, para permitir a visualização dos artefatos. BUCCI, 2007.
- ¹⁹ O grupo contratante e gestor do projeto é composto pela *The Mills Corporation*, sociedade internacional de investimentos e gestão imobiliária, que atua nos Estados Unidos e Europa; pelo grupo *Lamaro*, que atua principalmente nos setores financeiro e administrativo; a Sociedade *Cinecittà Due*, voltada à gestão comercial; e a *Cogeim*, empresa que desenvolve projetos de recuperação urbana e arquitetônica.
- ²⁰ Como o projeto de Aldo Rossi para a antiga área industrial Perugina, em Perugia, Itália, no qual uma chaminé repousa isolada entre dois edifícios modernos; ou, ainda, o projeto para a Faculdade de Psicologia

da Universidade *La Sapienza*, no qual foram destruídas as estruturas preexistentes da antiga Cervejaria Whürer, em Roma. RACHELI, 2000, p. 16.

²¹ Esse zoneamento fora determinado pelo Plano Diretor de Roma de 1965 e mantido nas revisões de 1974, ainda vigentes em 2000. ELIA, 2000, p.331 et seq.

²² As *Centralidade metropolitanas e urbanas* estão demarcadas por um perímetro apresentado na prancha 3 do novo Plano Diretor: "sistemas e regras". Tal perímetro contém todos os imóveis cuja transformação, reuso e requalificação concorrem para a definição do papel de centralidade. As *Centralidades* estão subdivididas em: *centralidades a planejamento definido (centralità a pianificazione definita)* e *centralidades a serem planejadas (centralità da pianificare)*. A área encampada pelo projeto urbano Ostiense-Marconi está enquadrada na primeira categoria, ou seja, áreas para as quais já foram aprovados (ou encaminhados para aprovação) instrumentos urbanísticos e programas de intervenção. Essa documentação pode ser acessada no site do *Comune di Roma*. Cf.: COMUNE DI ROMA, 2005.

²³ Para maiores detalhes sobre esse projeto, consultar TRAVAGLINI, 2006, p. 614-619.

²⁴ A autora classifica como um verdadeiro projeto de restauro as intervenções realizadas no antigo Matadouro do Testaccio (*ex Mattatoio di Testaccio*) para abrigar as salas expositivas da nova sede do MACRO. ELIA, 2004, p. 250.

²⁵ Estudos elaborados, a pedido do administração municipal, pelo Departamento de Projeto e Estudo da Arquitetura da Universidade Roma Três (*Università degli Studi di Roma Tre*). CANCELI, 2004.

²⁶ Com relação aos estudos prévios realizados na área encampada pelo projeto urbano em pauta, cabe destacar o Projeto COsMA, *Carta dei Beni Culturali nel Progetto Urbano Ostiense Marconi*, levantamento em plataforma GIS, iniciado em 2002 por iniciativa da administração municipal, com o intuito de subsidiar as proposições do Novo Plano Diretor de Roma. CARBONE e SEBASTIANI, 2004.

²⁷ Comentário de Alberto Racheli, em resposta às declarações realizadas pelos promotores do Projeto Urbano Ostiense-Marconi na mídia.

REFERÊNCIAS

ARCHIBUGI, Franco. Il nuovo Piano regolatore di Roma (2001): un piano senza strategia. In: *Rome: a new planning strategy*. London, New York: Routledge, 2005.

BONELLI, Renato. Il rapporto antico-nuovo nei suoi aspetti storici generali. In: *Attualità urbanistica del monumento e dell'ambiente antico*. Milano: Görlich, Centro Studi della Triennale di Milano, 1957.

BUCCI, Carlo Alberto. Ostiense, il tesoro dei mercati, scoperte centinaia di anfore. *La Repubblica*. Roma, 14 dic. 2007.

BUCHANAN, R. A. *Industrial Archaeology in Britain* [1a. ed. 1972]. Harmondsworth: Penguin, 1974.

CAMPITELLI, A. e TOLOMEO, M. G. Servizi generali e industrie private sulla via Ostiense. In: *Architettura e urbanistica: uso e trasformazione della città storica*. Venezia: Marsilio, 1984.

CANCELI, Marco (Org.). *Piano di assetto per l'attuazione del progetto urbano Ostiense-Marconi*. Roma: Kappa, 2004.

CARBONE, Antonella e SEBASTIANI, Renato. The Historical Heritage Map of the Ostiense Marconi Urban Project. *2004 ESRI International User Conference*. San Diego, 2004.

Cartas Patrimoniais. 2. ed. rev. e aum Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, 2000. 383 p

CELLINI, Francesco. Introduzione. In: CANCELI, M. (Org.), *Piano di assetto per l'attuazione del progetto urbano Ostiense-Marconi*. Roma: Kappa, 2004.

COMUNE DI ROMA. *Compendio delle norme tecniche di attuazione del PRG vigente: aggiornate al 31.03.2005*. Roma: Comune di Roma, 2005.

_____. *Norme tecniche di attuazione*: delibera di adozione del Consiglio Comunale n. 33 del 19/20 marzo 2003. Roma: Comune di Roma, 2003.

CONTI, A. *Manuale di restauro*. Torino: Einaudi, 1996.

CUPELLONI, Luciano (Org.). *Il Mattatoio di Testaccio a Roma*. Roma: Gangemi, 2001.

DE FUSCO, Renato. *Dov'era ma non com'era: il patrimonio architettonico e l'occupazione*. Firenze: Alinea, 1999.

- ELIA, Barbara. Strumenti urbanistici e conoscenza dell'edificio: preliminare per il progetto di recupero, un esempio nel quartiere Ostiense. *Roma Moderna e Contemporanea*, anno VIII, n. 1-2, 2000.
- . Pianificazioni ed attuazioni passate e presenti per il quartiere Ostiense. *Roma Moderna e Contemporanea*, anno XII, n. 1-2, 2004.
- FABBRICHE *della conoscenza: Roma Tre nel territorio e nella riqualificazione dell'area Ostiense*. Roma: Università degli Studi Roma Tre, 2001.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo*. São Paulo: Ateliê, Fapesp, Secretaria da Cultura, 1998. 435p.
- . *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. 326p.
- MARCELLONI, Maurizio. Roma: Recenti esperienze di sostituzione. In: DRAGOTTO, Marina e GARGIULO, Carmela (Org.). *Aree dismesse e città: esperienze di metodo, effetti di qualità*. Milano: Franco Angeli, 2003.
- MUSSO, Umberto. Roma. Il riuso del complesso degli ex Mercati Generali. In: DRAGOTTO, M. e GARGIULO, C. (Org.). *Aree dismesse e città: esperienze di metodo, effetti di qualità*. Milano: Franco Angeli, 2003.
- NERI, Maria Luisa. Sviluppo produttivo ed espansione urbana. *Roma Moderna e Contemporânea*, anno VIII, n. 1/2, 2000.
- PARISELLA, Antonio. Il futuro del passato industriale urbano. Archeologia industriale, storia dell'industria, storia della città. *Roma Moderna e Contemporânea*, anno VIII, n. 1/2, 2000.
- RACHELI, Alberto M. Il quartiere Ostiense-Marconi nel nuovo Piano Regolare. *Roma Moderna e Contemporânea*, anno XII, n. 1/2, 2004.
- . Conservare innovando o progettare distruggendo? *Roma Moderna e Contemporânea*, anno VIII, n. 1/2, 2000.
- ROMEO, Ippolita. La centrale termoelettrica Montemartini. *Patrimoine de l'industrie*, n. 6, 2001.
- ROSSI, Fabio. Il futuro di Roma nel segno dei grandi architetti. *Il Messaggero*. Roma, 03 ago. 2005.
- RUFINONI, Manoela. *Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*. 2009. 336 p. Tese (Doutorado) –Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- STORELLI, Grazia. Museo in doppia esposizione, l'ex-centrale elettrica Montemartini. *Recupero e Conservazione*, n. 38, 2001.
- TRAVAGLINI, Carlo M. Archeologia industriale e paesaggi urbani. *Città e Storia*, n. 1-2, 2006.

Nota do Editor

Data de submissão: outubro 2011

Aprovação: maio 2012

Manoela Rossinetti Rufinoni

Arquiteta urbanista pela FAU-Mackenzie, mestre e doutora em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela FAUUSP e professora do Departamento de História da Arte da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo.

Estrada do Caminho Velho, 333

07252-312 – Guarulhos, SP

(11) 3381-2080

rufinoni@unifesp.br